



## ELEMENTOS DA METROPOLIZAÇÃO NA PERIFERIA URBANO-REGIONAL: BELÉM E A PARTICULARIDADE DA METROPOLIZAÇÃO AMAZÔNICA

Elements of metropolization in the urban-regional periphery: Belém and the particularity of Amazon metropolization

Elementos de la metropolización en la perifería urbano-regional: Belém y la particularidad de la metropolización Amazónica

Tiago Veloso dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

Explorando a tendência de difusão do processo de metropolização do espaço nas diferentes regiões do Brasil, verifica-se que esse fenômeno está associado as mudanças nas dinâmicas produtivas que orientam a configuração de espaços metropolitanos, especialmente em regiões periféricas do território nacional, tal como a Amazônia brasileira. Partindo da referência empírica da Região Metropolitana de Belém, identificamos que esse espaço passa por aceleração na intensidade das mudanças que, até o final dos anos 1990, apareciam como de longa duração e maturação. Tal aceleração é provocada pelas transformações do período de crescimento no interregno entre 2004 e 2012, que tiveram impacto na alteração de dois aspectos da sua expansão metropolitana: alteração nas formas de produção do solo urbano e da valorização da renda fundiária a partir do circuito imobiliário, relacionado à entrada de capitais financeirizados e modificações no mercado de trabalho, que ampliaram tendências de precarização, ainda que em contexto de criação de emprego formal. O percurso metodológico da pesquisa seguiu: i) levantamentos bibliográficos de caráter teórico e empírico; ii) trabalhos de campo no espaço metropolitano de Belém; c) levantamento documental das variáveis destacadas; iii) coleta de dados e estatísticas que evidenciam a metropolização regional na Amazônia.

**Palavras-Chave:** Amazônia, Belém, MetrÓpole, Região Metropolitana.

### ABSTRACT

Exploring the tendency of the diffusion of space metropolization process in the different regions on Brazil, it is verified that this phenomenon is associated with changes in the productive dynamics that guide the configuration of metropolitan spaces, especially in peripheral regions of the national territory, such as the Brazilian Amazon. From the empirical reference about Belém Metropolitan Region, we identified that this space goes through an acceleration in the intensity of changes that, until the end of the 1990s, appeared to be of long duration and maturation. This acceleration is caused by the changes in the interregnum growth period between 2004 and 2012, when impacted the alteration of two aspects of its metropolitan expansion: alteration in the forms of urban land production and the valorization of the land rent from the real estate circuit, related to the entry of financialized capital and changes in the labor market that increased precariousness trends, even in

<sup>1</sup> Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Doutor em Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Mestre em Geografia (GESTÃO URBANA E REGIONAL) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (2010). Graduado (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Pará (2007). E-mail: tiagoveloso2003@yahoo.com.br

the context of formal job creation. The methodological course of the research followed: i) bibliographical surveys of theoretical and empirical character; ii) fieldworks in the Belém metropolitan space; c) documentary survey of the highlighted variables; iii) collection of data and statistics that show the regional metropolization on Amazon.

**Keywords:** Amazon, Belém, Metropolis, Metropolitan Region.

## RESUMEN

Pensando la tendencia de difusión del proceso de metropolización espacial en las diferentes regiones de Brasil, se verifica que este fenómeno está asociado con cambios en la dinámica productiva que guían la configuración de los espacios metropolitanos, especialmente en las regiones periféricas del territorio nacional, como en la Amazonía brasileña. A partir de la referencia empírica de la Región Metropolitana de Belém, identificamos que este espacio experimenta una aceleración en la intensidad de los cambios que, hasta fines de la década de 1990, parecían ser de larga duración y maduración. Esta aceleración es causada por los cambios en el período de crecimiento en el interregno entre 2004 y 2012, que impactaron en la alteración de dos aspectos de su expansión metropolitana: la alteración de las formas de producción de suelo urbano y la valorización de la renta de la tierra desde el circuito inmobiliario, relacionado a la entrada de capitales financierizados y modificaciones en el mercado laboral, que ampliaron las tendencias de precarización, aunque en el contexto de la creación de empleo formal. El curso metodológico de la investigación siguió: i) investigaciones bibliográficas de carácter teórico y empírico; ii) trabajos de campo en el espacio metropolitano de Belém; c) investigación documental de las variables resaltadas; iii) recopilación de datos y estadísticas que muestran la metropolización regional en la Amazonía.

**Palabras-clave:** Amazonía, Belém, Metrópolis, Región Metropolitana.

## INTRODUÇÃO

Disseminado nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o processo de metropolização do espaço no Brasil tem apresentado tendência geral a expressar-se de forma cada vez mais visível nas diversas regiões do País. A configuração recente de um Brasil majoritariamente urbano e significativamente metropolitano pode ser visualizado com relativa facilidade através dos dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup>. Mais que o simples reconhecimento quantitativo, tal evidência é expressão de uma tendência de metropolização do espaço que está materializada no território nacional e, mais recentemente distribuído, ainda que de forma heterogênea, na escala regional.

A configuração da metropolização na Amazônia brasileira tem sido apresentada enquanto desdobramento de aspectos variados da expansão da globalização e da forma como este fenômeno se manifesta na região, tendo em perspectiva a inserção internacional da região à economia e a sociedade brasileira com as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional, mas também

<sup>2</sup> O IBGE apresenta como taxa de urbanização oficial no Brasil o percentual de 84,6% a partir do Censo Demográfico de 2010. Além disso, considerando apenas as 12 (doze) maiores regiões metropolitanas do País, o mesmo instituto identifica aproximadamente 40 milhões de pessoas vivendo nesses espaços, correspondente a um percentual aproximado de 20% da população brasileira (IBGE, 2010).

de elementos estruturadores internos que, conectados a comandos externos, promovem mudanças significativas na estrutura do espaço urbano regional.

Dentre as particularidades regionais observadas, uma delas reside na existência de um processo de metropolização recente que está, por um lado, relacionado às redes de relações que mantêm a Amazônia, de forma variada, ligada às forças econômicas globais, o que seria um princípio geral orientador da metropolização regional. Cabe, portanto, dentro dessa perspectiva recordar as reflexões de Becker (2001), para quem essa constituição tem a ver com a formação de uma economia de fronteira na região, na qual a formação de cidades é elemento de construção de uma rede urbana regional, *locus* de atuação das instituições responsáveis por executar o projeto de integração.

Para Machado (1999), essa evolução da urbanização regional evidencia a gênese de adensamentos ou “condensações” urbanas. Segundo a autora, trata-se do adensamento do número de cidades em determinadas regiões do sistema de povoamento. Nesse caso, é necessário considerar que, para o estudo dos processos de urbanização, a presença desses adensamentos é tão importante quanto o aumento do tamanho e número de cidades ou mudanças na estrutura hierárquica.

Na atualidade, compondo um contexto cada vez mais complexo de urbanização da sociedade e do território, ela está expressa no plano regional de diversas formas, sendo possível afirmar que há uma tendência de metropolização (LENCIONI, 2008; 2011), que hoje se espraia pelo território nacional de forma extensiva (MONTE-MÓR, 2003).

Na Amazônia brasileira, foco da presente análise, essa realidade aponta para o fato de que parcelas significativas dessa região acompanharam, nas últimas décadas, as tendências de urbanização e mais recentemente de metropolização, verificadas em território nacional. Particularmente na dinâmica regional amazônica, a urbanização assumiu diferentes formas, especialmente na estrutura de suas metrópoles, em virtude dos processos diferenciados de expansão da fronteira urbana na região. Pouco afeita a uma rede de cidades articuladas à região, é a partir dos anos 1960 que ela é permeada por processos de indução de “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 1999; 2003), que se tornaram comuns em vários pontos de seu território, atendendo às demandas do projeto de integração formulado de modo a integrá-la economicamente à sociedade e ao território nacional.

As repercussões desse processo de metropolização no espaço regional amazônico advêm, portanto, da necessidade de expansão dos novos padrões de acumulação de capital e da necessidade de formação do mercado de trabalho regional, mas diz respeito também ao movimento geral de complexificação urbana pelo qual passa a sociedade brasileira. Assim, tal processo está associado a passagem da urbanização da sociedade e do território (SANTOS, 2001) para uma tendência à

metropolização do espaço (LENCIONI, 2006; 2008). É a partir dessa interpretação que se apresenta o quadro geral dos aglomerados metropolitanos regionais do qual a Região Metropolitana de Belém (RMB) é referência analítica.

No caso dessa referência empírica – Belém e sua região metropolitana –, a cidade tem apresentado tendência à metropolização desde a década de 1960, como expressão urbana do momento de integração regional à economia e a sociedade brasileira. A identificação de elementos que provocam uma difusão metropolitana que tem efeitos importantes sobre a rede urbana regional e também sobre a própria estrutura interna das cidades auxilia na compreensão desse processo complexo em uma região periférica como a Amazônia.

É o caso observado em Belém, posto que mais recentemente seu espaço metropolitano tem passado por uma dinâmica de reestruturação que envolve a ampliação territorial de sua malha urbana – com reflexos nas estruturas político-administrativas –, e, tal processo de reestruturação que vinha se configurando desde o final da década de 1980, recebe um movimento de aceleração em período bastante recente, notadamente o período entre 2004 – 2012<sup>3</sup>, o que provocou uma intensificação de processos que tinham duração mais longa, com claros impactos nas formas espaciais, dentre elas a metrópole.

Ao longo deste texto apresenta-se o processo que deu origem a configuração metropolitana de Belém como expressão das mudanças na região amazônica após a década de 1960. Além disso, destaca a reestruturação após o encerramento do ciclo desenvolvimentista associado ao período do regime civil-militar (1964-1985), novamente como expressão de mudanças estruturais mais profundas com impactos na cidade, na metrópole e na região e, finalmente, expõe dois elementos que conformam a atual configuração ampliada do espaço metropolitano a partir dos movimentos gerais da urbanização da sociedade brasileira e de sua metropolização regional: o primeiro, a ampliação da acumulação capitalista na metrópole intensificada com a financeirização da produção imobiliária viabilizada recentemente na dinâmica urbano-metropolitana de Belém pela entrada de empresas de porte nacional

<sup>3</sup> Para Carvalho (2018), o período compreendido entre 2004 e 2012 marcou uma mudança no padrão da economia brasileira, que experimentou uma "reorientação da política econômica ortodoxa promovida de forma amena e gradual". Entre 2003 e 2005, durante o primeiro governo Lula, a principal novidade se deu no âmbito das políticas de transferência de renda ampliadas com a criação do programa Bolsa Família. Aos poucos foram se consolidando as bases para acontecer o que a autora denomina de "Milagrinho", um período curto de crescimento com taxas médias de 4% ao ano. Este "milagrinho", diferente do Milagre Econômico da ditadura civil-militar, não apenas foi menor, mas possuiu outra característica singular, uma dinâmica de crescimento com "alguma" redistribuição de renda e especificamente diminuição da desigualdade salarial na base da pirâmide social. Tendo como pilares a formalização do mercado de trabalho, o crescimento da política social e do salário mínimo, e o maior acesso ao crédito. A autora afirma, no entanto, que foi o investimento público, sobretudo aquele destinado à infraestrutura física e social, "o principal motor de crescimento de nosso mercado interno" (CARVALHO, 2018, p. 24).

e internacional com lógicas de produção imobiliária financeirizadas. O segundo, a expressiva concentração de uma força de trabalho sub-remunerada, precarizada e superexplorada nas atividades formais e informais, com crescentes dificuldades de acesso à terra para habitação, ampliando a inadequação fundiária da metrópole e caracterizando um circuito dual da economia urbana e metropolitana cada vez mais complexo e interligado pelas lógicas de reprodução do capitalismo dependente na periferia urbano-regional brasileira. Esses dois elementos, a priori contraditórios, são produto, condição e meio de uma alteração nas formas e conteúdos metropolitanos de Belém, que passam a ter uma configuração cada vez mais ampliada em termos territoriais.

### **A CONFIGURAÇÃO DA METRÓPOLE DISPERSA: PARÂMETROS DE DEFINIÇÃO**

Podemos caracterizar a formação do espaço metropolitano em Belém a partir de processos ocorridos na segunda metade do século XX diretamente induzidos pela ação do Estado brasileiro. Em perspectiva ampla, a produção do espaço pelo Estado provocou uma progressiva desestruturação de antigas estruturas agrárias, extrativistas e comerciais tradicionais que a cidade comandava na região e que eram expressão da organização do espaço urbano e regional desde o século XIX.

Tal processo foi condição de possibilidade da transição forçada via um tipo particular de “modernização da superfície<sup>4</sup>” que provocou a passagem daquela antiga forma de organização econômica e territorial para uma nova, com caráter de economia urbano-terciária. Não sendo caracterizada pela existência de um complexo urbano-industrial como em outras realidades do País, o processo de urbanização em Belém avançou a partir da modernização do setor terciário e da concentração de atividades político-administrativas na capital, relacionadas ao projeto territorial de integração nacional.

O contexto histórico-geográfico de cidade enquanto referência no cenário regional desde sua fundação no século XVII, mostra que essa forma de organização tinha uma expressão na sua própria condição espacial, posto que até meados do século XX, a forma-cidade estava confinada a uma área ainda relativamente próxima de seu local de fundação. A periodização apresentada por Moreira (1989, p. 52) sobre o crescimento urbano de Belém até a década de 1960 relata que:

---

<sup>4</sup> Para Brito (1999) a “modernização de superfície” refere-se ao processo de “organização social que passou a ser ajustada sob o domínio de processos racionalmente calculados. No entanto, a sociedade brasileira encontra-se em uma condição diferente – a industrialização tardia significou a imposição de um ordenamento produtivo sobre uma estrutura social cercada de elementos sociais tradicionais, que, em algumas situações funcionalizam os elementos organizacionais do capitalismo industrial e, em outras, impõem barreiras ao seu pleno desenvolvimento. Assim sendo, a modernização carece de abrangência e profundidade. Espaços parcialmente racionalizados, sobretudo do ponto de vista econômico, aparecem como bolhas em um amplo mar de fenômenos não-rationais” (BRITO, 2001, p. 17).

Em princípio, a cidade se expandiu acompanhando a orla fluvial, para, em seguida, se interiorizar e se continentalizar, definindo as três primeiras fases de seu crescimento: a ribeirinha (da fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII); a de penetração ou interiorização (de meados do século XVIII a meados do século XIX); e a de continentalização (de meados do século XIX em diante).

A trajetória de crescimento urbano da cidade acompanhou do século XVII até a primeira metade do século XX as necessidades regionais, ainda pouco prementes de um espaço urbano complexo. Essa periodização, de forma alguma, deve ser vista como uma cadeia evolutiva do espaço urbano belenense, visto que em determinados momentos da história, acompanhando a ascensão da dinâmica econômica regional, Belém ascendeu na rede urbana regional e mesmo nacional, como por exemplo durante o período pombalino (1755-1777) ou durante o “ciclo da borracha” (1890-1910). Mas, com o encerramento dos ciclos episódicos, a cidade voltava ao seu perfil padrão de uma malha urbana ainda bastante limitada.

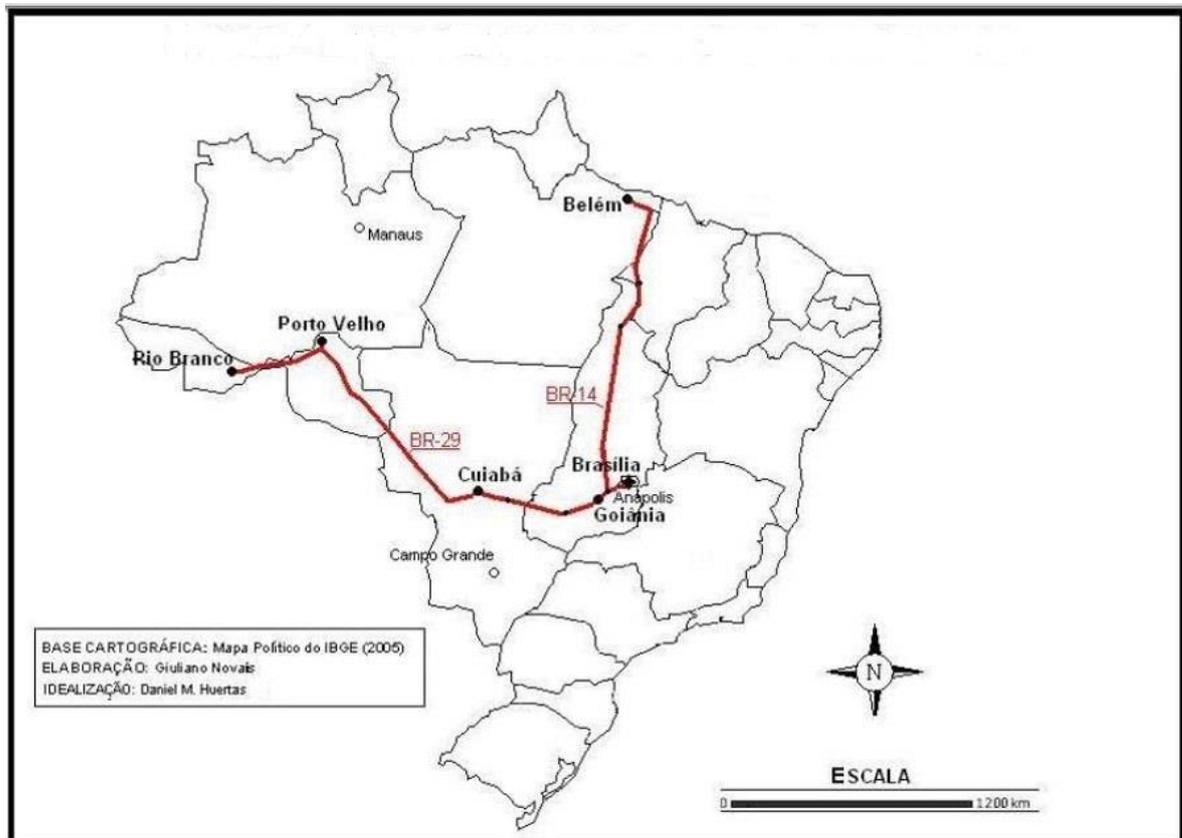
É somente em período mais recente, conforme destaca Trindade Júnior (1998), que é possível afirmar a configuração de uma quarta fase de expansão urbana belenense, agora marcada pela dinâmica da metropolização, que pressupõe o significativo avanço da malha urbana em relação ao período e às fases anteriores:

Acrescentaríamos a essa periodização de Moreira (1989), uma outra fase, a de metropolização, que se inicia na década de sessenta e se consolida nas décadas seguintes e que pressupõe a incorporação de cidades e vilas próximas a Belém, definindo uma malha urbana única, ainda que fragmentada (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 03).

Nesse caso, compreende-se que Belém teve seu momento de expansão em direção à formação de uma malha metropolitana a partir dos anos 1960, no contexto de alteração das redes de circulação, com a construção da rodovia Belém-Brasília, primeiro grande eixo de penetração rodoviário da Bacia Amazônica (VICENTINI, 2004).

Desse modo, a rodovia, é um dos elementos explicativos fundamentais para entender a expansão da malha urbana de Belém e a conseqüente possibilidade de espraiamento da cidade.

**Figura 1:** Brasil: “pinças rodoviárias” originais da integração nacional.



Fonte: Huertas (2009).

As mudanças no papel da região também tiveram repercussões na produção do espaço urbano de Belém. Para Trindade Júnior (1998, p. 03), essas mudanças no espaço urbano integram uma dinâmica:

[...] em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e ao Centro-Sul do País - tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília - e cujas repercussões se traduziram de maneira decisiva no plano de sua configuração espacial.

Essa tendência derivava diretamente da orientação dada pelo projeto de integração regional na porção oriental da região amazônica, o qual proporcionou a criação de novos espaços urbanos ou o crescimento de cidades já existentes, associado ao desenvolvimento de grandes projetos de extração mineral, como nos casos das cidades de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás ou de produção hidroenergética, como por exemplo em Tucuruí.

A intensificação do processo de metropolização, tendo Belém como uma das referências na Amazônia, provocou um tipo de reestruturação da rede urbana da região que implicou em rupturas de antigos padrões de organização espacial e em um processo de dispersão populacional, de

investimentos econômicos e de ações governamentais, associados direta ou indiretamente a novas vias de circulação, especialmente as rodovias, mais presentes nessa porção territorial da Amazônia (TRINDADE JÚNIOR, 2006).

O mercado de trabalho da Amazônia oriental tende a confirmar desde a década de 1990 o processo de reestruturação, posto que os setores mais dinâmicos são a mineração, a indústria madeireira, a siderurgia e a construção civil (CASTRO, 1994), em geral descentralizados pelos municípios do interior do Estado do Pará ligados ao desenvolvimento das atividades dos “Grandes Projetos” e não concentrados, portanto, na Região Metropolitana de Belém.

Mesmo considerando a pertinência dessa tendência, há de se levar em conta, que o processo que confere um maior dinamismo para o interior da fronteira econômica em detrimento da sua metrópole, não pressupõe desconsiderar a importância do espaço metropolitano para os processos dinamizadores da economia regional, mas de uma redefinição dessa mesma importância (TRINDADE JÚNIOR, 1998). A dinâmica de crescimento econômico recente nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Belém demonstra a importância que o núcleo metropolitano – Belém – continua a ter como principal ponto de produção da riqueza no espaço metropolitano.

**Tabela 1:** Região Metropolitana de Belém: Produto Interno Bruto – Por Município (R\$ Mil).

	2009	2012	2013	2014	2015	2016
Ananindeua	2.844.676	5.114.549	4.900.297	5.772.894	6.222.672	6.710.890
Belém	14.049.337	26.362.015	27.139.286	28.687.488	29.215.036	29.426.953
Benevides	427.571	794.372	921.749	1.050.325	1.202.057	1.289.648
Castanhal	1.072.728	2.349.756	2.437.327	2.709.860	3.207.269	3.602.939
Marituba	458.401	923.339	1.112.651	1.418.283	1.592.877	1.728.664
Santa Bárbara do Pará	55.897	114.531	102.605	122.116	132.624	146.396
Santa Isabel do Pará	256.605	413.979	506.488	552.910	609.611	629.597
<b>Total</b>	<b>19.165.215</b>	<b>36.072.541</b>	<b>37.120.403</b>	<b>40.313.876</b>	<b>42.182.146</b>	<b>43.535.087</b>

**Fonte:** PARÁ (2018a; 2018b; 2018c; 2018d; 2018e; 2018f; 2018g). Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Nesse caso, é necessário relativizar argumentos de perda de importância da metrópole levando em consideração aspectos econômicos, posto que, diferentemente do processo de urbanização em outras regiões do País, como a Região Concentrada ou o Nordeste brasileiro, caracterizadas pela expansão da urbanização a partir do processo de conurbação e da expansão da industrialização como principal vetor de criação de riqueza, produção de mercadorias e da criação de malhas de mobilidade territorial intraurbana, a urbanização amazônica não veio acompanhada desses

mesmos elementos, mas sim da alocação, no território, de um conjunto de sistema de objetos e um sistema de ações pontuais que proporcionaram a urbanização regional para a expansão de uma economia de fronteira<sup>5</sup>, ou seja, onde o sistema de objetos e o sistema de ações<sup>6</sup> é menos complexo e menos inteligente (SANTOS, 2004).

Para a realidade amazônica, o conceito de urbanização extensiva aplicado por Monte-Mór parece ser mais condizente com a realidade urbana observada, posto que pouco afeita a uma rede de cidades articuladas, a região a partir dos anos 1960, passa a ser permeada por processos de indução de urbanização (MONTE-MÓR, 1999; 2003) que se tornou comum em vários pontos de seu território, atendendo às demandas do projeto de integração formulado de modo a integrá-la economicamente à sociedade e ao território nacional.

Tais processos tem provocado a configuração de uma metrópole dispersa em Belém, viabilizada pela intensificação da conurbação entre municípios vizinhos, pela periferização de grande parte das classes populares em direção aos bairros mais distantes da área central e aos demais municípios que compõem o espaço metropolitano, pela ampliação da malha urbana e metropolitana com o crescimento dos fluxos de natureza diversa e dos deslocamentos cotidianos e, mais recentemente, a suburbanização de uma classe média e alta em direção a empreendimentos imobiliários localizados fora do núcleo metropolitano.

Essa configuração metropolitana pode ser analisada a partir de algumas das características e qualidades que Lencioni (2008) toma como parâmetros para explicar a dinâmica urbana e metropolitana contemporânea. Essas mudanças visualizadas pela autora para metrópoles em expansão no espaço regional latino-americano expressam um tipo de metamorfose socioespacial e constitui produto contemporâneo da metropolização do espaço. Essas características, segundo Lencioni (2008), compõem um novo tipo de metrópole, o que configura uma espécie de transição entre os dois processos, a urbanização do território e a metropolização do espaço.

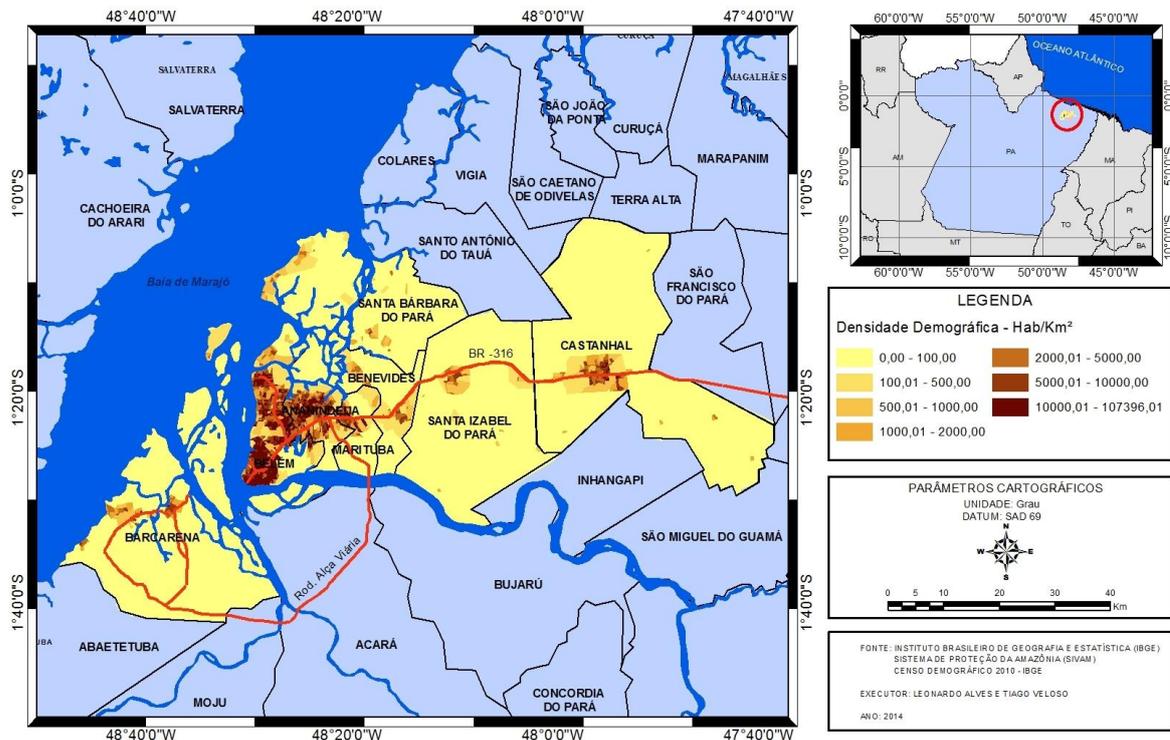
---

<sup>5</sup> A noção de "fronteira" tem sido objeto de debate no contexto das relações sociais e de produção, especialmente no meio rural (fronteira agrícola). Neste texto, compreende-se uma "economia de fronteira" regional como aquela que empreende uma aceleração da criação de riqueza via um tipo de intensificação de expropriação da terra e da exploração do trabalho viabilizado pela modernização técnica, em geral de tipo autoritário.

<sup>6</sup> Para Santos (2004), o espaço, objeto de estudo da Geografia, é um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistema de objetos e sistema de ações. Não compreendidos de forma isolada, mas atuando, ações e objetos de forma integrada e considerando os objetos como os elementos cada vez mais artificiais que compõem o espaço, mas imbuídos de sistemas de ações também artificializados e cada vez mais estranhos ao lugar e aos seus habitantes (SANTOS, 2008, p. 93).

Um primeiro elemento dessa configuração metropolitana dispersa<sup>7</sup> (TRINDADE JR., 1998) é a abrangência de uma grande área territorial que engloba a estrutura metropolitana, atualmente composta por oito municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel do Pará, Castanhal e Barcarena), conforme a figura 2.

**Figura 2:** Belém: configuração de seu espaço metropolitano.

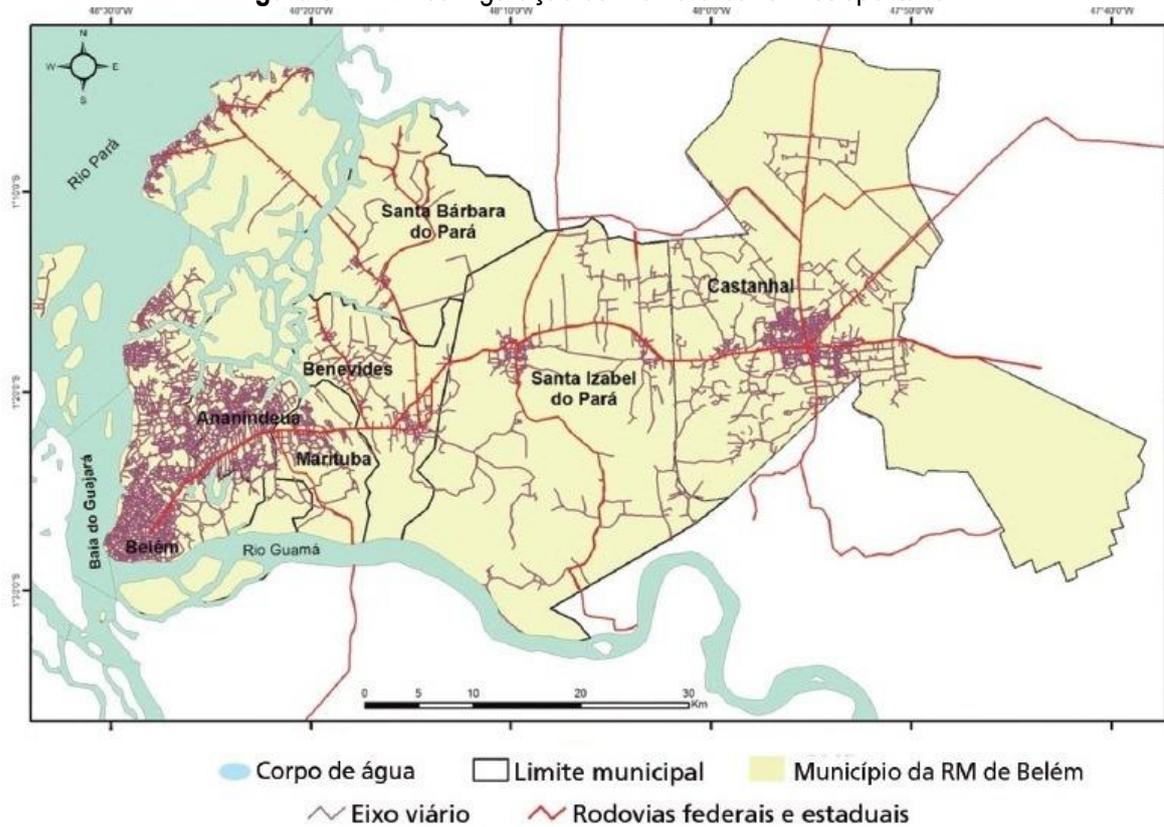


Fonte: Santos (2015).

Deve ser levado em consideração que para além da escala de abrangência do espaço metropolitano de Belém, este não é necessariamente orientado pela contiguidade das malhas urbanas dos municípios, mas por um complexo imbricamento dessas malhas urbanas que se materializam para além da contiguidade, seja pelos fluxos que as permeiam, seja pelos fixos que lhes dão suporte.

<sup>7</sup> O que Trindade Jr. (1998) adjetiva de dispersa é uma configuração metropolitana cada vez mais espreada em termos de ocupações humanas, sejam essas ocupações planejadas pelos agentes institucionais, tais como o Estado com suas políticas de habitação e provisão de equipamentos e serviços, seja o mercado com a oferta de habitação para as classes de renda solváveis. Também passa pelas ocupações “espontâneas”, associadas as demandas de habitação das classes populares que são induzidas, pela ausência ou insuficiência das políticas públicas, a habitar em espaços precarizados cada vez mais distantes do núcleo metropolitano de Belém, daí a tendência de dispersão a partir de periferização.

**Figura 3: RMB: configuração da malha urbano-metropolitana.**

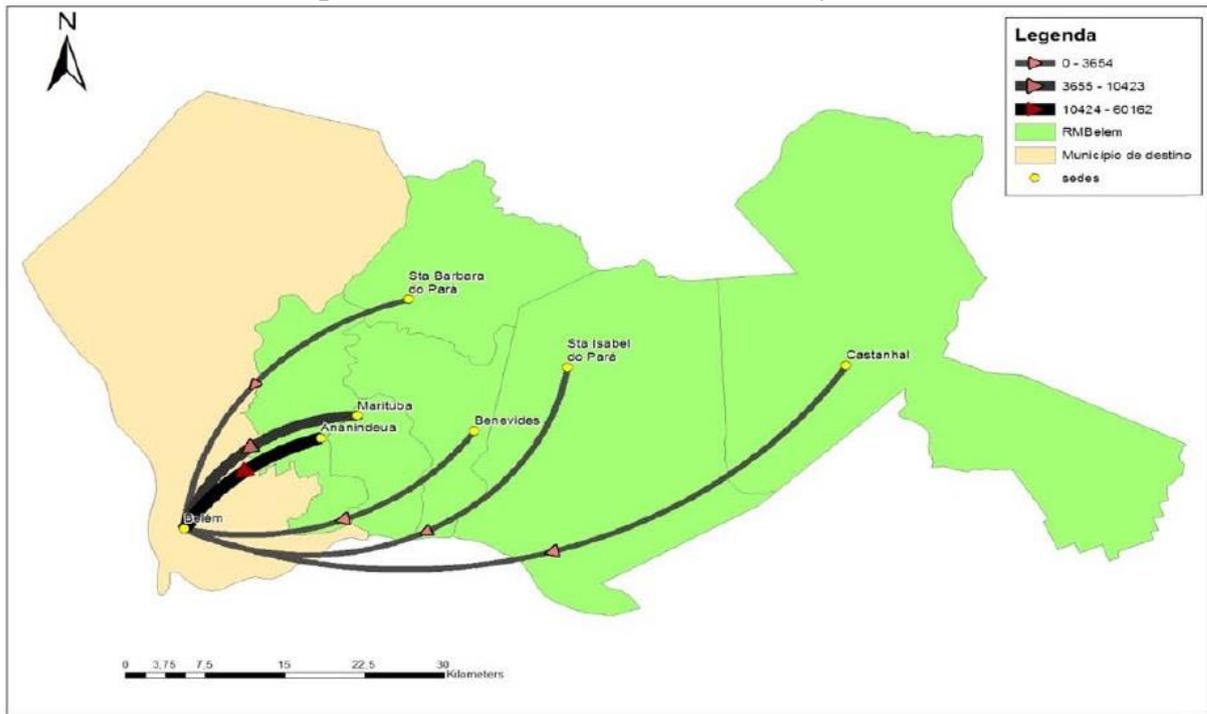


Fonte: IPEA (2012).

Além do expressivo número de cidades conurbadas, a polinucleação é suporte de uma significativa capilarização de uma intensa e múltipla rede de fluxos que altera a própria disposição da rede urbana, redefinindo antigas hierarquias entre as cidades da região e da rede de relações entre elas. A dinâmica de intensidade dos movimentos pendulares entre as cidades que compõem a região metropolitana acaba consagrando uma expressiva estrutura regional reticular, que expressa os diversos fluxos de deslocamento pendular entre os municípios que compõem o espaço metropolitano de Belém.

Tais fluxos de natureza diversa são relativos aos deslocamentos cotidianos da população metropolitana para realização das atividades de trabalho, estudos, consumo de bens e serviços que estão desigualmente distribuídos entre as municipalidades que compõem o espaço metropolitano e, conforme pode ser observado na figura 4, caracteriza uma rede articulada de fluxos que se expressam no espaço metropolitano, dando materialidade a esta dinâmica a partir da realidade concreta dos sujeitos que cotidianamente produzem este espaço.

**Figura 4:** RMB: dinâmicas de deslocamento pendular.



Fonte: CARMO; COSTA (2017).

É possível, portanto visualizar o espaço metropolitano de Belém a partir de uma estrutura espacial dispersa, conforme foi destacada desde final dos anos 1990 em estudos pioneiros realizados por Trindade Jr. (1998).

Para além da identificação dessa configuração, tal espaço é cada vez mais complexificado por uma série de fenômenos que intensifica e amplia essa mesma configuração dispersa. Há um conjunto de variáveis, sintetizados no quadro 1, que revela os elementos característicos da metropolização do espaço e de como tais elementos são observados no espaço metropolitano de Belém na atualidade.

**Quadro 1:** Belém: elementos da metropolização do espaço.

Elementos/Metrópole	Belém
Padrão de urbanização	Desestruturação de antigas estruturas agrárias e ribeirinhas e modernização do setor terciário
Conformação do espaço metropolitano	Expansão em direção aos outros municípios com tendência à dispersão, periferização de classes populares e suburbanização de classes de maior renda
Fragmentação territorial e segregação social	A segregação é característica do tipo de metropolização, seja dentro do núcleo, mas principalmente nos bairros e municípios da periferia
Hierarquias e relações entre as cidades da região	Perda relativa da primazia que Belém exercia sobre a região
	Número pequeno de cidades conurbadas, mas com grandes fluxos de

Tendência à conurbação e/ou polinucleação das cidades	deslocamento e abastecimento entre Belém e os demais municípios
Crescimento demográfico	Perda relativa de população da cidade central e expansão demográfica dos demais municípios
Relação com pequenas cidades e espaços polinucleados.	A redefinição se dá a partir dos novos empreendimentos de classe média e alta no entorno e a periferização nas cidades menores da metrópole.
Movimentos pendulares e estrutura regional.	Forte intensidade entre as cidades da região metropolitana e mesmo algumas fora da RMB

Fonte: Lencioni (2008; 2011); Veloso e Trindade Júnior (2014).

Tal dispersão da malha urbano-metropolitana naquele momento se dava por um conjunto de elementos agregados. Na conjuntura regional, o encerramento do período de realização de grandes projetos de desenvolvimento regional característicos desde a década de 1960. Tal encerramento liberou uma significativa força de trabalho, que, em última instância, buscou a principal cidade da região – Belém – a fim de reestabelecer sua integração ao mercado de trabalho. Essas populações, majoritariamente produziram espaços precarizados nas periferias da metrópole, ampliando o conjunto territorial metropolitano para além daquele núcleo inicial.

De tal forma que a configuração desse espaço metropolitano não pode ser desassociada da região na qual está inserida, sendo uma configuração espacial que traduz elementos da inserção regional caracterizada por uma fronteira econômica que também é uma fronteira urbana. Expressa assim uma dimensão da metropolização do espaço nacional em escala regional, ainda que com particularidades em relação ao que ocorre em outras regiões.

## **A DINÂMICA METROPOLITANA RECENTE EM BELÉM: EXPRESSÃO DA METROPOLIZAÇÃO NA PERIFERIA BRASILEIRA**

Se a forma dispersa da metrópole foi configurada como expressão de um longo processo associado às políticas de desenvolvimento regional, mais recentemente a partir dos anos 2000, a transição dessa economia urbano-terciária da qual Belém é expressão tem passado por uma transformação mais acelerada, relacionada a um momento de formação de uma economia metropolitano-financeira ainda não consolidada e com características de capitalismo dependente e periférico.

Nesta transformação percebe-se novas formas e conteúdos dos processos em desenvolvimento que apontam para uma nova configuração espaço-temporal, uma nova simultaneidade, o que Leopoldo (2016) denomina de uma transição de estruturas econômicas urbano-

industriais para economias metropolitano-financeiras que aparentam ser uma nova configuração da dinâmica capitalista contemporânea. Segundo o autor,

A economia metropolitano-financeira é uma nova fronteira capitalista, um novo momento articulado e convergente à economia agrário-comercial e economia urbano-industrial. Ela domina, mas mantém traços, processos e contradições vinculadas às economias precedentes. Cada uma dessas economias determina meios para suas respectivas sociedades e mobiliza espaços e tempos de seu presente histórico e geográfico. Cada economia só se resolve com seu espaço (LEOPOLDO, 2016, p. 09).

Em termos temporais, a transição do predomínio da economia urbano-industrial à economia metropolitano-financeira está circunscrita ao período entre a emergência concreta do espaço metropolitano capitalista nos EUA em meados do século XX até as políticas de desconcentração metropolitana nos países periféricos nas décadas de 1970 e 1980. “A desregulamentação da esfera financeira e as políticas neoliberais mobilizam novas estratégias do capital pela via da metropolização do espaço” (LEOPOLDO, 2016, p. 10).

Nessa interpretação, a metropolização do espaço é uma condição e um meio de avanço das relações capitalistas contemporâneas, e não necessariamente estão restritas apenas aos espaços mais dinâmicos dessa “nova economia”, mas disseminam-se por parcelas cada vez mais ampliadas das redes de cidades globais inseridas, ainda que de forma periférica ou semi-periférica, na lógica capitalista de produção e reprodução do espaço urbano.

Tal fato está intrinsecamente associado à emergência das políticas urbanas identificadas com o ideário (neo)liberal, especialmente em se tratando das cidades, compreendendo que o que se denomina de “neoliberalismo” atualmente não pode mais ser reduzido a uma visão estritamente monetarista da condução da política macroeconômica e tampouco apenas à hegemonia do mercado financeiro nas decisões de política econômica.

Hoje o que se chama com esse nome [neoliberalismo] é um complexo de medidas de urbanização que envolvem a construção de espaços públicos a partir de uma nova arquitetura de cidades. É um projeto de reconfiguração que funciona a partir de conglomerados econômicos que controlam o mercado da construção civil. A rigor, nem se trata mais de liberalismo, porque não se trata mais de livres mercados, mas de outra coisa (PINTO NETO, p. 58).

A configuração da região metropolitana de Belém neste contexto, é interpretada como expressão desenvolvimentista das mudanças na região amazônica após a década de 1960 e sua reestruturação na década de 1990, uma resultante das transformações na dinâmica regional oriundas daquele período, novamente como expressão de mudanças estruturais com impactos na cidade, na metrópole e na região.

Em período mais recente, as tendências destacadas na parte inicial deste texto têm apresentado um significativo movimento de aceleração, considerando duas variáveis de cunho aceleracionista<sup>8</sup> desses processos. A primeira delas, a expressiva ampliação da acumulação capitalista a partir da financeirização da renda da terra e da produção imobiliária na metrópole, intensificada na dinâmica urbana de Belém na contemporaneidade.

Uma evidência da ocorrência desse fenômeno na produção do espaço da região metropolitana de Belém está expressa na tendência de ampliação de seu espaço metropolitano, impulsionado pela entrada efetiva de capitais associados às empresas do setor imobiliário com expressão nacional e internacional, provocando uma tendência à elevação dos preços do setor imobiliário<sup>9</sup>. Entre 2005 e 2011, portanto dentro do período associado ao crescimento econômico nacional, estão identificadas as empresas nacionais associadas ao capital financeiro que adentram o mercado imobiliário de Belém, apresentando algum tipo de associação com empresas locais (Tabela 2).

**Tabela 2:** Incorporadoras imobiliárias nacionais e sua atuação em Belém.

<b>Empresa com atuação Nacional</b>	<b>Ano de associação com o capital financeiro</b>	<b>Ano em que chega a Belém</b>	<b>Empresa Local Associada</b>
Gafisa	1997	2005	-
Inpar	2007	2007	Não Associada
Agra/PDG	2007	2007	Leal Moreira
Cyrela	2006	2009	Síntese Engenharia
Direcional	2007	2011	Não Associada

Fonte: Ventura Neto e Lima (2017); SINDUSCON (2018)

Ventura Neto e Lima (2017) expõem os efeitos da chegada de empresas de escala nacional no mercado imobiliário de Belém para formar *landbanks* na periferia da metrópole e consideram essa chegada um processo geral de financeirização da produção da habitação de mercado em Belém. Tal

<sup>8</sup> Compreendemos como aceleracionismo, a proposição utilizada por Williams e Srnicek (2013), no “Manifesto Aceleracionista”, que propõe uma leitura do capitalismo contemporâneo a partir da intensificação das relações de produção para esferas do mundo da vida para além do trabalho e da produção, entendendo esse sistema enquanto intimamente associado às ideias e práticas de aceleração. Para os autores, “o metabolismo essencial do capitalismo demanda crescimento econômico, com competição entre entidades capitalistas individuais, mobilizando desenvolvimentos tecnológicos crescentes, na tentativa de alcançar vantagem competitiva, tudo acompanhado por uma crescente mobilidade social. Em sua forma neoliberal, essa autoapresentação ideológica é uma das forças de liberação das forças de destruição criativa, liberando inovações tecnológicas e sociais em contínua aceleração” (WILLIAMS; SNIERCK; 2013)

<sup>9</sup> Dados de evolução do preço do m<sup>2</sup> em Belém (2005 – 2012) e comparação com a taxa de inflação no período. O valor médio do metro quadrado para venda no mercado imobiliário em Belém variou entre R\$ 3.731,00 entre o segundo trimestre de 2013 e R\$ 4.570 no primeiro trimestre de 2017.

processo foi ao encontro das mudanças espaciais que estavam ocorrendo na malha urbano-metropolitana desde meados dos anos 1990, conforme destacado na primeira parte deste texto, ou seja, intensificando a ampliação da malha urbano-metropolitana, mas dessa vez não mais como expressão de dinâmicas regionais relacionadas às mudanças de políticas de desenvolvimento regional.

O que tem ocorrido é que a intensificação daquelas tendências pretéritas tem sido resultante da inserção do espaço metropolitano de Belém a um circuito urbano-imobiliário de acumulação, considerando que a configuração metropolitana até os anos 1990 e início dos anos 2000 já apresentava um conjunto de condições favoráveis, como a presença de empresas locais com terras adquiridas, prestígio dessas empresas junto ao poder público, necessidade de reforço de capital para receber as empresas de fora<sup>10</sup>.

A expressão espacial das alterações que viabilizaram o deslocamento do boom imobiliário do núcleo metropolitano de Belém para a sua periferia imediata e a periferia mais distante veio acoplada a produção de unidades habitacionais para várias faixas de renda, bem como da viabilização junto ao Estado na implantação de infraestrutura, principalmente viária (VENTURA NETO; LIMA, 2017).

Acredita-se que a entrada de incorporadoras de capital aberto [em Belém], acompanha o ritmo verificado em escala nacional e se coaduna com o estreitamento entre capital imobiliário tradicional e capital financeiro através de OPA's. Dentre os seis grupos presentes atualmente em Belém, apenas um desses já atuava na cidade antes do primeiro movimento de abertura de capital ocorrido em 2007. Mesmo assim, se tratava de uma incorporadora que já possuía ligação com o capital financeiro internacional desde o final da década de 90, através de *private equity*. Nos outros casos, a entrada no mercado, num primeiro momento, ocorre quase que de forma imediata após as OPA's, com duas dessas empresas entrando ainda em 2007 e mais quatro após 2009, em grande parte motivada também pelo PMCMV (VENTURA NETO; LIMA, 2017, p. 07).

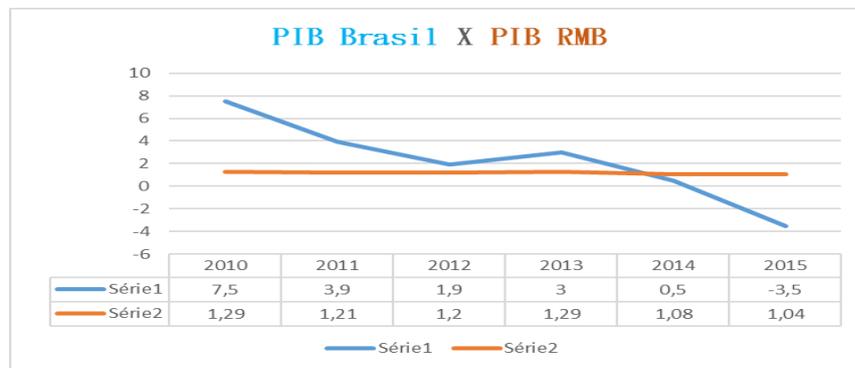
A lógica da acumulação via expansão de formas de valorização rentista do solo urbano é levado até as metrópoles da periferia do capitalismo brasileiro, nas quais não há um sistema industrial complexo e dinâmico capaz de ampliar a reprodução e acumulação do capital via aumento progressivo da produtividade ou mesmo de desenvolvimento de inovações técnicas. É exatamente o caso da região metropolitana de Belém.

Tem-se que, na ausência de processos mais sofisticados de acumulação capitalista, especialmente pelo incremento tecnológico e pelas dinâmicas de inovação ou pela ausência de expansão de uma base industrial no âmbito da Região Metropolitana de Belém, a acumulação

<sup>10</sup> Entre 2005 e 2012, as incorporadoras de capital aberto Gafisa, Inpar, Agra/PDG, Cyrela, Direcional adentraram o mercado imobiliário em Belém.

capitalista é intensificada a partir do aumento exponencial da renda da terra, relacionado a processos globais de financeirização.

**Gráfico 1:** Crescimento Econômico Brasil X Crescimento Econômico da Região Metropolitana de Belém (2010 – 2015).

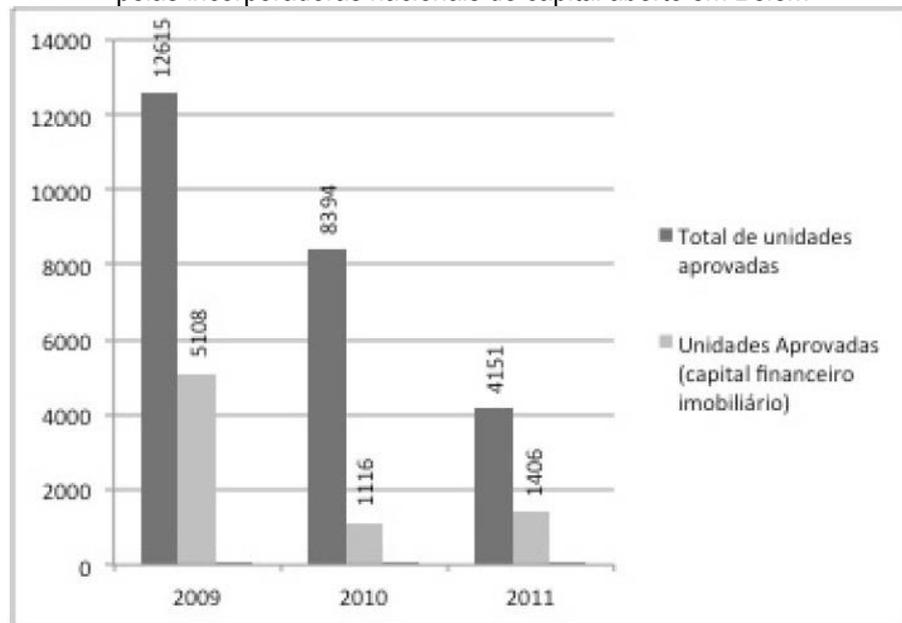


Fonte: Carvalho (2018); PARÁ (2018a; 2018b; 2018c; 2018d; 2018e; 2018f; 2018g). Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Ao mesmo tempo, esses espaços metropolitanos ainda são resultantes de certa concentração de riqueza regional e de um expressivo contingente de força de trabalho. Portanto, local de moradia e consumo de uma classe de trabalhadores, consumidores e potenciais proprietários do chamado mercado econômico do setor imobiliário, capazes de ampliar a valorização imobiliária pelas dinâmicas do capitalismo financeiro que foram tornadas relativamente mais acessíveis no período entre 2004 e 2012, seja pela existência de linhas de crédito e subsídios públicos aos programas habitacionais, como o Programa “Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)” ou obras associadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seja pelo aumento da renda dessas classes trabalhadoras pela valorização do salário mínimo no período, bem como a ampliação do crédito a essas populações, estimulando a ampliação da reprodução urbano-imobiliária das cidades e especialmente das metrópoles cada vez mais mediada pela financeirização da produção habitacional.

Os dados quantitativos demonstram que as modificações recentes observadas na periferia metropolitana imediata em Belém estão inseridas em um processo geral de operacionalização do capital financeiro imobiliário, posto que a relação entre produção imobiliária por parte de incorporadoras locais e produção imobiliária por parte de incorporadoras nacionais de capital aberto é o elemento que mais chama atenção no panorama das unidades de habitação de mercado entregues em Belém no período de 1999 a 2011.

**Gráfico 2:** Relação entre as unidades aprovadas pelas incorporadoras locais e as unidades aprovadas pelas incorporadoras nacionais de capital aberto em Belém



Fonte: Ventura Neto; Lima (2017).

A quantidade de unidades entregues em 2010 e 2011 é superior a toda a produção imobiliária entre 1999 e 2003, quando o setor imobiliário de Belém contava apenas com empresas locais. O salto na produção imobiliária em 2011 evidencia a capacidade de incremento do estoque habitacional da cidade por meio da atuação do capital financeiro imobiliário. Isso porque, em somente dois empreendimentos, duas dessas empresas colocam no mercado cerca de 769 unidades habitacionais, o que corresponde a quase 30 % do total das unidades entregues naquele ano.

**Tabela 3:** Produção Imobiliária no Município de Belém: Índice de Aprovação de Projetos (2014 – 2018).

	Maio 2014	Maio 2015	Variação %	Maio 2016	Maio 2017	Maio 2018	Variação %
Residenciais (M)	176.271,72	371.794,76	110,92	134.682,80	154.982,32	323.303,12	108,61
Comerciais (M)	163.098,19	172.977,51	6,06	125.660,56	50.106,08	82.028,65	63,71

Fonte: Sinduscon (2015; 2017; 2018). Organização: Tiago Veloso dos Santos.

Um segundo elemento analisado neste processo de transformações recentes na RMB é a conformação de uma concentração de força de trabalho precarizada, seja nas atividades formais, seja nas atividades informais ou mesmo ilegais, caracterizando um circuito dual da economia urbana e

metropolitana. É importante destacar que esse aumento da precarização se deu em um momento de crescimento econômico com ampliação da oferta de empregos formais. Na Região Metropolitana de Belém, considerando três momentos (1995, 2005 e 2015) que expressam três períodos distintos da economia brasileira, ajuste pós-Plano Real (1995), início do ciclo de crescimento (2005) e intensificação do ciclo recessivo (2015), percebe-se na tabela 04 que houve significativa ampliação da oferta de ocupações, ao mesmo tempo em que os rendimentos associados a essas ocupações eram majoritariamente de no máximo o equivalente a dois salários mínimos.

**Tabela 4:** Número de ocupados por classe de rendimentos na RMB (1995, 2005, 2015).

<b>Classes de Rendimentos</b>	<b>1995</b>	<b>Participação Relativa</b>	<b>2005</b>	<b>Participação Relativa</b>	<b>2015</b>	<b>Participação Relativa</b>
<b>Total</b>	<b>372.000</b>	<b>100%</b>	<b>861.000</b>	<b>100%</b>	<b>978.000</b>	<b>100%</b>
ATÉ 1/2	9.000	2,5%	101.000	11,8%	72.000	7,4%
MAIS DE 1/2 A 1	70.000	19%	253.000	29,4%	298.000	30,5%
MAIS DE 1 A 2	90.000	24%	265.000	30,8%	381.000	39%
MAIS DE 2 A 3	48.000	13%	80.000	9,3%	76.000	7,8%
MAIS DE 3 A 5	52.000	14%	61.000	7,1%	65.000	6,7%
MAIS DE 5 A 10	45.000	12,1%	37.000	4,3%	50.000	5,2%
MAIS DE 10	35.000	9,4%	20.000	2,3%	19.000	2%
SEM RENDIMENTO	23.000	6%	44.000	5%	17.000	1,8%

Fonte: Santos (2017).

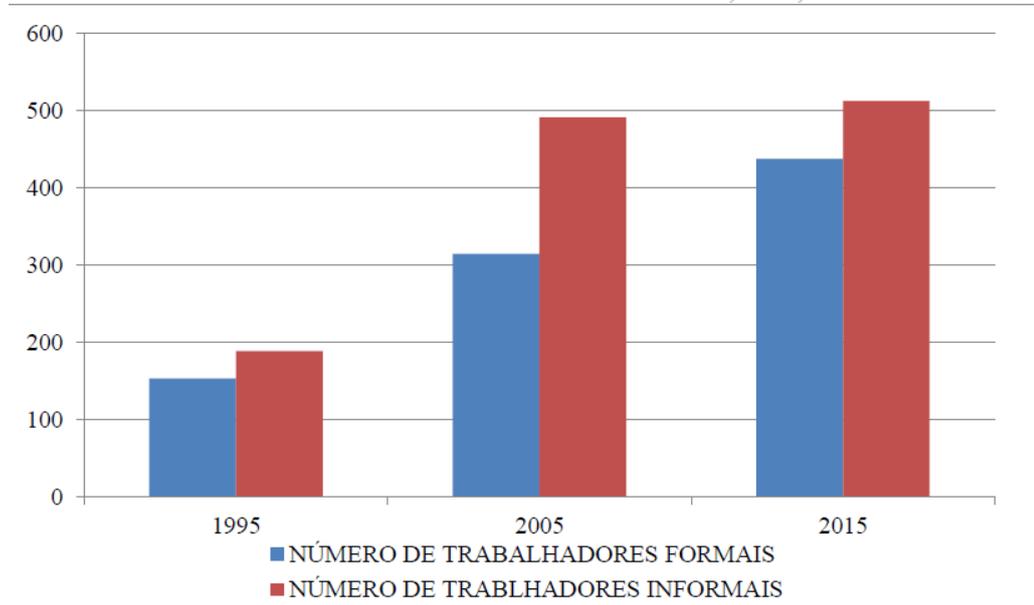
Esse contexto está de acordo com o fenômeno que Braga (2016) chama atenção para o mercado de trabalho brasileiro, um aumento da oferta de ocupações e mesmo empregos formais, mas que vem diretamente associado a níveis mais abrangentes de precarização dos rendimentos em um ciclo de "formalização e precarização". Segundo o autor,

A classe trabalhadora, mesmo no boom de criação de empregos formais, isto é, entre 2004 e 2008, continuou oscilando entre o improvável acesso a um emprego estável e de qualidade e a inevitável "viração", ou seja, o recurso a todos os meios disponíveis de criação de renda característico do cotidiano dos trabalhadores acantonados nas periferias dos centros urbanos brasileiros. Trata-se de uma condição inerente à insegurança e à violência que caracterizam o modo de vida dos trabalhadores precários. Nesse sentido, quando pensamos na melhor maneira de sintetizar a era Lula do ponto de vista do mundo do trabalho, é inevitável recorrer ao binômio "formalização e precarização". O novo emprego formal transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição da insegurança social muito parecida com a velha informalidade (BRAGA, 2016, p. 76).

Na Região Metropolitana de Belém, inserida de forma periférica nos fluxos da globalização e integrada de forma subalterna à economia brasileira, esse fenômeno aparentemente é uma característica mais impactante, dado que a reprodução das condições estruturais da reprodução da força de trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro. O gráfico abaixo

apresenta um elemento que ratifica essa análise, demonstrando que mesmo em um período de aumento do emprego formal, é a informalidade que se destaca na geração de ocupações:

**Gráfico 3:** Número de trabalhadores formais e informais na RMB (1995, 2005 e 2015).



Fonte: Santos (2017).

A baixa remuneração da força de trabalho é elemento para compreender um aspecto da ampliação do espaço urbano-metropolitano em Belém, pois possibilita a tendência a reprodução de inadequação fundiária<sup>11</sup>, posto o encarecimento dos valores de acesso à terra para produção de habitação de classes trabalhadoras e populares em geral.

<sup>11</sup> Inadequação Fundiária: Além do déficit habitacional, que afeta o estoque de domicílios presentes, grandes contingentes de famílias brasileiras vivem sob inadequação domiciliar, fenômeno associado à deterioração da qualidade de vida devido às condições do imóvel urbano nos seguintes fatores: (...) domicílios **carentes de infraestrutura** todos os que não dispõem de ao menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo. O **adensamento excessivo** considera apenas os **domicílios** (casas e apartamentos) **próprios**. Os alugados são incorporados aos cálculos do déficit habitacional. Caracteriza situação em que o número médio de moradores no domicílio é superior a três por dormitório. O número de dormitórios corresponde ao total de cômodos que servem, em caráter permanente, de dormitório para os moradores do domicílio. Nele incluem-se aqueles assim utilizados em função de não haver acomodação adequada para essa finalidade. (...) A **inadequação fundiária** refere-se aos casos em que pelo menos um dos moradores do domicílio tem a propriedade da moradia, mas não, total ou parcialmente, a do terreno ou da fração ideal de terreno (no caso de apartamento) onde ela se localiza. Ressalte-se que a incidência dessa inadequação está longe de se restringir aos chamados "aglomerados subnormais" e atinge muitos bairros populares, especialmente nos subúrbios e periferias das grandes metrópoles. (...) sob **cobertura inadequada** estão incluídos todos os domicílios que, embora possuam paredes de alvenaria ou madeira aparelhada, têm telhado de madeira aproveitada, zinco, lata ou palha. (...). A **inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva** define o domicílio que não dispõe de banheiro ou sanitário de uso exclusivo. Isso tanto ocorre nos cortiços tradicionais (em trajetória de extinção ou de transformação) como em terrenos com dois ou mais domicílios ocupados por famílias pobres ligadas por parentesco ou fortes laços afetivos (Fundação João Pinheiro, 2018, p. 26, grifos nossos).

Além disso, há uma relação específica entre uma economia urbano-metropolitana terciária de caráter periférico e certos tipos de serviços de baixa produtividade, como por exemplo serviços de lavagem de automóveis realizados braçalmente, inseridos em um contexto de aumento da frota de veículos particulares. Estes tipos de serviço são adequados para o processo de acumulação por serem próprios da alocação de um exército industrial de reserva, adequado para a ampliação da acumulação e reforçando tendências de concentração de renda, pois o crescimento não capitalístico trouxe de volta formas de produção artesanal, o que faz com que os trabalhadores em seus dias de folga construam suas residências, intensificando a acumulação e aumentando a taxa de exploração da força de trabalho.

Acrescente-se a isso que, ao longo dos 20 anos analisados (1995-2015) na RMB, observa-se a manutenção da precariedade quando se trata da jornada de trabalho, uma vez que a maioria dos assalariados trabalhava em 2005 com uma jornada de trabalho acima de 44 horas semanais e em 2015 entre 40 a 44 horas semanais e um número significativo de pessoas que não eram assalariadas em 2005 trabalhava com uma jornada acima de 44 horas semanais (SANTOS, 2017, p. 61).

Assim, temos dois fenômenos típicos do capitalismo dependente em uma região periférica. Por um lado, a ampliação da influência da esfera financeira na produção do espaço urbano e metropolitano, a partir do incremento de capitais viabilizado pelo circuito financeiro em estrita associação com a produção imobiliária.

Por outro lado, a ampliação da inadequação fundiária como expressão urbana e espacial das dificuldades de uma força de trabalho sub-remunerada e próxima a superexploração para garantir acesso a terra e a produção de habitação para moradia. São dois aspectos da modernização econômica em uma região periférica do capitalismo dependente brasileiro. Do ponto de vista da produção social do espaço urbano, a sub-remuneração e a superexploração da força de trabalho implicam na incapacidade das famílias trabalhadoras em acessar o imóvel capitalista sem comprometer a reprodução normal da força de trabalho.

Os dados relativos a inadequação fundiária auxiliam a evidenciar a dimensão do fenômeno. Em primeiro lugar, é importante discernir os domicílios de alta renda daqueles de menor renda. Para os primeiros, entre 2003 e 2011, houve um crescimento expressivo, quando aumentaram em mais de 10 p.p. sua participação no total de domicílios sob IFU no Brasil. Contudo, essa tendência provavelmente é uma manifestação dos processos de especulação fundiária e segregação urbana, como no caso de novos condomínios fechados, por exemplo. Ainda que seja uma um fenômeno espacial associado com o objeto adotado neste artigo, a análise neste momento recai para os domicílios e os moradores de

áreas formalmente “irregulares” que assim o fazem como única forma habitacional de reproduzir sua vida no espaço urbano. Nesse sentido, os dados da tabela 5 apontam que houve uma redução nos domicílios sob IFU com rendimento até 5 SM em torno de 300 mil, principalmente no último subperíodo.

**Tabela 5:** Domicílios particulares permanentes na área urbana sob inadequação fundiária urbana (IFU) segundo classes de rendimentos por salário mínimo (SM) - Brasil (2003, 2011 e 2015).

	2003	2011	2015
Total domicílios – IFU	2.076.405	2.208.641	1.982.345
IFU – domicílios até 5 SM	1.659.037	1.519.384	1.360.472
IFU – domicílios até 5 SM	417.368	689.257	621.873

Fonte: Ventura Neto (2017), Aruto; Ventura Neto (2019)

Em regiões periféricas, como a Amazônia, as suas metrópoles sintetizam essa tendência de forma ainda mais acentuada, e por isso, a reprodução de relações de produção de um capitalismo de tipo tardio e periférico não pode prescindir de altos níveis de informalidade e precarização que asseguram a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho com um forte impacto na produção do espaço urbano e metropolitano, conforme visualizado ao longo desta análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a difusão do processo de metropolização do espaço pelo território brasileiro nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, uma tendência de expansão desse processo para as diversas regiões do País mostrou-se cada vez mais consolidada, provocando mudanças qualitativas nas dinâmicas produtivas e de acumulação, especialmente em espaços metropolitanos localizados nas regiões periféricas, em nosso caso a Amazônia brasileira.

Neste sentido, a referência empírica da Região Metropolitana de Belém é ponto para compreender a atual configuração desse espaço metropolitano regional e a aceleração das mudanças verificadas. Em termos de configuração do espaço urbano, se a forma urbana da metrópole apresentou-se em um primeiro momento confinada, a partir dos anos 1980 em diante assumiu caráter nitidamente disperso e, na atualidade, observa-se cada vez mais uma complexificação da metropolização em âmbito regional, viabilizada pelo aumento de fluxos, da implantação de infraestrutura de circulação material e da ampliação da influência da metrópole sob a região.

Tal aceleração não pode de forma alguma ser dissociada das transformações advindas do período de crescimento da economia brasileira no interregno entre 2004 e 2012, com repercussões nas formas de produção e uso do solo e da renda fundiária urbana a partir da intensificação da produção

imobiliária associada a capitais financeirizados, conforme visualizados nas novas estratégias de atuação das empresas de capital imobiliário em Belém, dessa vez associadas aos capitais de empresas com atuação nacional e vinculadas a valorização das flutuações das bolsas de valores internacionais.

Ao mesmo tempo em que ocorre essa verdadeira financeirização da produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém, visualiza-se um conjunto de modificações no mercado de trabalho que ampliam tendências de precarização, ainda que em um contexto de criação de emprego formal.

Esses elementos, atuando de forma temporalmente conjunta, ainda que digam respeito a processos distintos, acabam por confirmar e acelerar tendências que se apresentavam de forma tímida até o final da década de 1990, provocando uma nova dinâmica da economia política da urbanização da região, refletida na configuração ampliada e dispersa de um espaço metropolitano complexo nucleado por Belém. Daí a interpretação de que a estrutura metropolitana de Belém expressa, simultaneamente, processos gerais de metropolização e de diferenciação regional.

Por essa razão, consideramos que a metropolização do espaço na região amazônica não está dissociada de elementos externos, ao contrário, podemos associá-la a dois conjuntos de variáveis. No primeiro, a existência e expansão da metropolização é funcional às novas formas de apropriação e acumulação capitalistas em plano global, no qual a produção de valor no espaço urbano conduz à consolidação dessa nova forma de acumulação. Se a inserção da economia e do território amazônico a formas de acumulação capitalista pela dinâmica da fronteira, a partir da segunda metade do século XX, é o processo que acelera a urbanização regional e, por conseguinte, provoca a metropolização de seu espaço, na atualidade, a aceleração dessa tendência de complexificação da metrópole se dá por processos de financeirização da produção do espaço urbano, ainda que em um contexto de uma metrópole periférica no capitalismo brasileiro e pela precarização do mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia** (RBG). Rio de Janeiro, n. 47, 1985, p. 357-371, jul./dez. 1985.

BRAGA, R. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno a luta de classes. In: SINGER, A; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016, p. 55 - 92.

BRITO, D. C. **A modernização da superfície**. Belém: EDUFPA / NAEA, 2001.

CARMO, M. B. S; COSTA, S. M. F. **A expressão metropolitana da Região Metropolitana de Belém**: ainda há a cidade primaz? XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR): São



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 3, Edição temática "Espaço, sociedade e natureza na Amazônia do século XXI", p. 33-58, Dez. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

Paulo, 2017.

CARVALHO, L. B. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018

CASTRO, E. Processos de trabalho e relações de poder no Carajás. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 457-72.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: AnaBlume; FAPESP; Banco da Amazônia, 2009

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação de Dados. **Informações dos Censos demográficos brasileiros: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Brasília: IBGE, 2010.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 36-57.

LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

\_\_\_\_\_. Da cidade e sua região à cidade-região. In: SILVA, J. B.; LIMA, J. L.; ELIAS, D. **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 65-75.

\_\_\_\_\_. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**: Natal, n. 39, p. 07-20, 2008.

\_\_\_\_\_. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S. et al.(Org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 51-60.

\_\_\_\_\_. Metropolização do espaço: processos e dinâmica. In: FERREIRA, A; RUA, J; MARAFON, G. J; SILVA, A. C. P. **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. São Paulo: Consequência, 2013. p. 17-35.

LENCIONI, S. et al. **Transformações socioterritoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

LEOPOLDO, E. **Da economia urbano-industrial à economia metropolitano-financeira**. Revista Mercator, Fortaleza, v. 15, n. 4. p. 7 - 14, 2016.

MENDES, L. A. S. Elementos para uma geografia-histórica da Avenida Augusto Montenegro em Belém do Pará. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 05, n. 02, p. 118-139, jul./dez. 2018.

MOREIRA, E. Belém e sua expressão geográfica. In: PARÁ. **Obras reunidas de Eidorfe Moreira**. Belém: Cejup, 1989. v. 1.

PARÁ. **Produto interno bruto dos municípios do Pará**: 2010. Belém: IDESP, 2012.

PARÁ. **Estatística Municipal: Belém (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018.

PARÁ. **Estatística Municipal: Ananindeua (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018b.

PARÁ. **Estatística Municipal: Castanhal (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018c.

PARÁ. **Estatística Municipal: Marituba (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018d.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 3, Edição temática "Espaço, sociedade e natureza na Amazônia do século XXI", p. 33-58, Dez. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

PARÁ. **Estatística Municipal: Benevides (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018e.

PARÁ. **Estatística Municipal: Santa Bárbara do Pará (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018f.

PARÁ. **Estatística Municipal: Santa Izabel do Pará (2009 – 2017)**. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará). Séries: 2009 – 2017. 2018g.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Projeto Governança Metropolitana no Brasil**: arranjos institucionais de gestão metropolitana. Belém: IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará), 2012.

PINTO NETO, M. F. O progressismo como modernização unidimensional no Brasil. In: Leno Francisco Danner e outros. (Org.). **Governo, cultura e desenvolvimento**: reflexões desde a Amazônia. Porto Alegre: Editora Fi, 2015, v. , p. 48-71.

PINTO NETO, M. F. **Esquecer o neoliberalismo**: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo. **Cadernos IHUideias** – Online – (Instituto Humanitas Unisinos), ano 14, n. 245, vol. 14, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, T. V. **Metrópole e Região na Amazônia**: trajetórias do planejamento e da gestão metropolitana em Belém, Manaus e São Luís. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015, 276 f.

SANTOS, C. S. **Informalidade do trabalho na Metrópole periférica**: estudo crítico na economia brasileira e sua evolução na RMB entre as décadas de 1990 e 2010. Monografia de Conclusão de Curso, Faculdade de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, 2017.

SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará). **Boletim Econômico** (Maio/Junho) Mercado. Belém, 2015.

SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará). **Boletim Econômico** (Maio/Junho) Mercado. Belém, 2017.

SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará). **Boletim Econômico** (Maio/Junho) Mercado. Belém, 2018a.

SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará). **O Construir**: Boletim Econômico, Construção Civil em Análise. Belém, 2018b.

SRNICEK, N; WILLIAMS, A. **Manifesto aceleracionista**. Lugar Comum, #41 (2014). Disponível em: <http://uninomade.net/lugarcomum/41/>. Acesso em 10.11.2019.

SOUZA, L. A. A Estrada de Ferro de Bragança e a produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do Município de Benevides (PA). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - *online*), Belém, v. 05, n. 01, p.123 - 136, jan./jun. 2018.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **A cidade dispersa**: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. 394f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 26, p. 177-194, 2006.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C; LEITE, G. C. S. **Metrópole e economia urbana na Amazônia**: Olhando Belém na perspectiva da Teoria dos Circuitos. *Revista e-metropolis*. N. 36, ano 10, março / 2019, páginas 09 – 18.



Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, v. 21, n. 3, Edição temática "Espaço, sociedade e natureza na Amazônia do século XXI", p. 33-58, Dez. 2019, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999, Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: UFPR, 2004.

VELOSO, T.; TRINDADE JÚNIOR., S. C. C. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. **Revista Novos Cadernos Naea**, Belém, v. 17, n. 1, p. 177-202, 2014.

VENTURA NETO, R. **Circuito imobiliário e a cidade**: coalizões urbanas e dinâmicas de acumulação do capital no espaço intraurbano de Belém. 2012. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

VENTURA NETO, R; LIMA, J. J. **A produção financeirizada de habitação de mercado em Belém**. XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR): São Paulo, 2017.

VENTURA NETO, R; ARUTO, P. C. **Inadequação Fundiária Urbana e Superexploração da Força de Trabalho no Capitalismo Dependente Brasileiro Contemporâneo (2003-2015)**. XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR): Natal, 2019.